



## REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
Volume 1. Número 1. Janeiro a junho de 2017.

### PLURIATIVIDADE E RENDA FAMILIAR NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO JORGE E SÃO JOSÉ (PASJ), REGIÃO CACAUEIRA, BAHIA

*Pluriactivity and family income in São Jorge and São José settlement project (PASJ),  
Cocoa Region, Bahia*

---

#### Vitor de Athayde Couto

Doutor, Professor Titular da UFBA; Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar, Faculdade de Economia UFBA, Praça Piedade, 6, sala 515, Salvador CEP: 40070-010. Tel.: (71) 8844-0969.  
E-mail <vitor@ufba.br>

#### Livia Liberato de Matos Reis

Doutoranda em Geografia UFBA; Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar, Faculdade de Economia UFBA, Praça Piedade, 6, sala 515, Salvador CEP: 40070-010. Tel.: (71) 9277-2212.  
E-mail <livialiberato@gmail.com>

#### Edna Maria da Silva

Mestra em Economia UFBA; Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar, Faculdade de Economia UFBA, Praça Piedade, 6, sala 515, Salvador CEP: 40070-010. Tel.: (71) 9925-4165.  
E-mail <ednasilv@yahoo.com.br>

---

#### ARTIGO

Recebido: 14 de março de 2017

Aceito em 11 de junho de 2017

---

**RESUMO:** Este estudo trata da pluriatividade e renda das 37 famílias assentadas no PASJ. Analisa-se a participação da Renda Não-Agrícola (RNA) na Renda Familiar Total (RFT). Conclui-se que as famílias pluriativas geram maior Renda Agrícola (RA). A pesquisa de campo segue o método Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários. Todas as famílias praticam agricultura, sendo 11% diaristas agrícolas e 13% pluriativas. A participação da RNA na RFT é significativa, todavia a pluriatividade não predomina. Na formação da RFT, importam as atividades não-agrícolas, o trabalho dos diaristas, as políticas trabalhistas e as sociais. Ao visitar o PASJ, em 2013, integrantes do grupo de pesquisa constataram que o assentamento não se reestruturou. Ao contrário, cresceram e se diversificaram ainda mais as atividades e a renda não agrícola. Da mesma forma, cresceu a participação das Transferências Governamentais (TG) na RFT.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Assentamento. Pluriatividade. Renda. Uruçuca-Ba.

**ABSTRACT:** This study addresses the pluriactivity and income of 37 families in PASJ. Analyzes the participation of Non-Farm Income RNA in the Total Family Income RFT. It is concluded that pluriactive families generate greater Agricultural Income RA. The field research follows the Agrarian Systems' Analysis-Diagnostic method. All the families practice agriculture, being 11% agricultural diarists and 13% pluriactive. The participation of RNA in the RFT is significant, however the pluriactivity does not predominate. In RFT's formation cares non-agricultural activities, the diarists' work, labor polices and social policies. By revisiting the PASJ in 2013, research group's members ascertained that the settlement not restructured. Instead grown and diversified even more the activities and the non-agricultural income. Likewise Governmental Transfers (TG) participation grew in RFT formation.

**Keywords:** Small farmers. Family settlement. Pluriactivity. Income. Uruçuca-Ba.

## 1 INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro vem passando por profundas transformações sociais nos últimos 30 anos, explicadas em parte pelo processo de valorização do capital. Esse processo revela a modernização da agricultura e a conseqüente demanda por serviços e outras atividades não-agrícolas. Explica-se, também, a emergência dessas atividades pelas estratégias de sobrevivência das famílias de agricultores que ficaram excluídos da modernização. A atividade agrícola experimentou grandes inovações, desde que foi implantada a chamada “revolução verde”. Em um curto prazo, aumentaram os rendimentos físicos e a produtividade do trabalho, sobretudo nas grandes explorações. Aumentou, também, o êxodo rural e o desemprego na agricultura, com a substituição de mão-de-obra por máquinas e agroquímicos. A propriedade e a renda voltaram a se concentrar nas diversas fronteiras agrícolas do país, onde é mais pronunciado o impacto ambiental e a decorrente perda de biodiversidade animal e vegetal. Essa combinação de fatores socioeconômicos criou ou intensificou as condições objetivas para a formação do “novo rural”, ou para que as famílias buscassem estratégias de sobrevivência, visando à complementação da sua renda através das atividades não-agrícolas.

Entende-se como pluriativa a família que combina atividades agrícolas com outras atividades, dentro ou fora da sua unidade produtiva, e pelas quais é remunerada. Assim, são pluriativas tanto as famílias que não conseguem ocupar a mão-de-obra familiar total na sua própria unidade produtiva como as famílias que necessitam complementar o orçamento familiar com rendimentos não-agrícolas, sejam provenientes do assalariamento ou por meio do exercício de atividades no interior das unidades produtivas, mas não vinculadas diretamente à agricultura (artesanato, comércio, entre outras). Por fim, considera-se pluriativa a família de agricultores que

possui pelo menos um integrante praticando alguma atividade não relacionada diretamente à produção animal ou vegetal.

O parâmetro de análise deste trabalho é a família (pluriatividade familiar), na sua unidade de produção. Analisa-se, também, sua relação com o ambiente social e econômico. Situa-se a pluriatividade enquanto estratégia específica de sobrevivência da família e consideram-se as características do ambiente no qual está inserida, devido às relações comerciais e sociais existentes. À medida que essas relações apresentam-se mais complexas e diversificadas, mais intensa é a pluriatividade. No estudo de caso, realizado na Região Cacaueira da Bahia, especificamente no município de Uruçuca – Projeto de Assentamento São Jorge e São José (PASJ) –, trata-se da pluriatividade, com base no cálculo e estudo da composição das rendas (ou rendimentos) de 37 famílias assentadas. O objetivo é verificar a participação das rendas agrícola e não-agrícola, na economia familiar. A pesquisa de campo apoia-se no método “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários”, adaptado para sistemas de atividades, como forma de se analisarem também as atividades não-agrícolas que caracterizam a pluriatividade.

São os seguintes os critérios, estabelecidos com base nas definições encontradas na revisão teórica, visando à caracterização das famílias na pesquisa de campo: a) são consideradas famílias agrícolas quando todos os seus membros exerceram apenas atividades agrícolas, ou seja, sistemas de cultivo, de criação e de transformação agrícola; b) quando pelo menos um dos seus integrantes exerce alguma ocupação não-agrícola, a família é considerada pluriativa; c) são consideradas famílias com diaristas agrícolas quando pelo menos um dos seus membros vende dias de trabalho na própria comunidade ou no seu entorno – desde que em alguma atividade agrícola; d) consideram-se famílias não-agrícolas aquelas em que os seus membros só exercem atividades não-agrícolas, mas isso não foi encontrado no PASJ.

Além dessa introdução, o artigo conta com mais três partes. A segunda parte trata da metodologia; a terceira, do estudo de caso, e a quarta parte apresenta a conclusão. O elevado percentual da RNA na composição da RFT não garante a ocorrência da pluriatividade no assentamento, pois a RNA é proveniente tanto das atividades não-agrícolas e das diárias na agricultura, quanto das aposentadorias, pensões e bolsas-família.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS E DE ATIVIDADES**

Para a pesquisa de campo, o método “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários” prevê coleta de informações com base nas leituras de paisagem, entrevistas históricas junto a informantes-chave e a famílias assentadas. Esse método é utilizado pela FAO e por universidades

latino-americanas, apoiado em reflexões e resultados de pesquisas levadas a efeito no Departamento de Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola do Instituto Nacional Paris-Grignon (INA-PG), atual AgroParisTech. Para uma descrição detalhada da metodologia, ver Silva (2005).

O método baseia-se na análise sistêmica. Começa com passos progressivos, que partem do geral (mundo, país, região) para o particular (municípios, comunidades, unidades de produção familiar). Estuda-se a unidade produtiva (micro), sem se afastar da visão do todo (macro). A pesquisa de campo tem, como principal objeto, as unidades de produção familiar (sistemas de produção e de atividades), sem perder de vista a sua integração com o entorno. Além da análise dos sistemas de produção dos agricultores, deve-se levar em consideração o entorno econômico, o ambiente no qual a comunidade está inserida, a infraestrutura local, o mercado, as potencialidades e limites dos ecossistemas. Também se devem considerar as atividades não-agrícolas praticadas pelos integrantes das famílias e como essas atividades estão relacionadas com o sistema de produção, sobretudo, no que se refere à ocupação da mão-de-obra e à renda familiar. Em resumo, na análise do Sistema de Atividades (SA), consideram-se as atividades agrícolas e as atividades não-agrícolas, inclusive serviços. Assim, entende-se que o Sistema de Atividades (SA), que é mais amplo, contém o Sistema de Produção (SP).

A renda agrícola dos produtores é calculada com base na equação:

$$VA = PB - CI - D \quad (1)$$

Em que,

VA: Valor Agregado;

PB: Produto Bruto anual (soma de toda a produção gerada, multiplicada pelo preço de venda);

CI: Consumo Intermediário (bens que são inteiramente transformados ou consumidos durante o processo produtivo, por exemplo: adubos, sementes, agrotóxicos etc.);

D: Depreciação (Valor atual do ativo / número de anos ou vida útil restante).

Após o cálculo do Valor Agregado, estima-se a Renda Agrícola:

$$RA = VA + Sub - S - I - J - RT,$$

$$VA = PB - CI - D$$

$$RA = PB - CI - D - S - I - J - RT + SUB \quad (4)$$

Onde:

RA: Renda Agrícola;

J: Juros;

S: salários pagos;

RT: Renda da Terra (arrendamentos);

I: Impostos;

SUB: subsídios.

Nesse trabalho, considera-se como Renda Familiar Total (RFT) a soma da RA e das Rendas Não-Agrícolas (RNA), inclusive aquelas provenientes de Transferências Governamentais (TG) e Transferências Familiares (TF). A Renda Não Agrícola (RNA), por sua vez, é autodeclarada. O termo RNA abrange as rendas oriundas das atividades não-agrícolas, ou seja, que não estão vinculadas aos subsistemas lavoura, criatório e de transformação interna; isto é, são as rendas provenientes do artesanato, comércio, transformação/beneficiamento externos, e serviços. Aabrange, também, a prestação de serviços fora da unidade de produção familiar (diaristas agrícolas), bem como as TG, aposentadoria, pensão, bolsa-família e as TF.

### 3 ESTUDO DE CASO

A Mata Atlântica é internacionalmente considerada como um dos biomas mais importantes e prioritários do planeta, tanto em relação à sua biodiversidade quanto ao grau de ameaça a que está sujeito. No Brasil, esse bioma experimenta um processo de destruição de forma intensa. Entre os fatores preocupantes (externalidades negativas), tem-se, por um lado, a expansão da atividade madeireira e da pecuária e, por outro, o declínio da cacauicultura, tendo como consequência a redução das populações de várias espécies naturais. O sistema agrário da monocultura do cacau durante muitos anos predominou no Sul da Bahia, desde o início dos anos 1970, a CEPLAC executou um projeto de difusão de sementes híbridas e o cacauero passou a ocupar, além dos fundos de vales, também as terras situadas nas meias-encostas. Atualmente, a agricultura apresenta-se um pouco mais diversificada para os padrões da região, com significativa presença do cacauero (*Theobroma cacao*), da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e da pecuária extensiva, além das culturas de café, pupunha e extrativismo madeireiro (IESB, 1998).

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A mesorregião Sul Baiano é formada por três microrregiões: Baixo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul. A microrregião Litoral Sul, também conhecida como microrregião de Ilhéus-Itabuna, possui área total de 21.308,944 km<sup>2</sup>, com 41 municípios<sup>1</sup>, é a microrregião que possui o maior número de municípios em todo o Estado da Bahia, somando mais de 1 milhão de habitantes (IBGE, 2008). O município de Uruçuca, localizado na microrregião Litoral Sul, possui

---

<sup>1</sup> Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Ilhéus, Ipiáú, Itabuna, Itacaré, Itagibá, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Jussari, Mascote, Nova Ibiá, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca, Wenceslau Guimarães.

área de 440 km<sup>2</sup> e situa-se a 405 km de Salvador. Coordenadas Geográficas: 14°36'lat. S. e 39°17'long. O. A temperatura anual máxima é de 30,2°C e mínima 20,8°C, sendo que a temperatura média é de 24,4°C. Período chuvoso de maio a junho, com pluviosidade média de 1.800 mm/ano. O clima característico é tropical úmido a subúmido e tropical seco a subúmido.

Em 2007, a população municipal somava 22.070 habitantes, sendo 17.636 na zona urbana e 4.434 na zona rural (IBGE, 2008). Segundo município maior produtor de cacau da Bahia, Uruçuca produz também pimenta do reino, banana, cana-de-açúcar, laranja, limão, tangerina, mandioca, café, feijão, milho, coco, maracujá, guaraná, abacaxi, melancia, mamão, além de palmáceas e especiarias. Observa-se, ainda, o crescimento da área ocupada por pastagens, com expansão da criação extensiva de bovinos. Mas na pecuária, destaca-se o rebanho de muales, largamente utilizados no transporte interno do cacau (IBGE, 2008).

Em 2008, a agricultura apresenta Valor Adicionado de R\$5.830 milhões. A indústria e o setor de serviços apresentam R\$9.939 e R\$52.236 milhões, respectivamente. O PIB do município, a preços correntes, foi de R\$ 70.197 milhões (IBGE, 2008).

### 3.2 PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO JORGE E SÃO JOSÉ (PASJ)

Nesta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo realizada no PASJ, onde foram entrevistadas trinta e sete famílias residentes nas comunidades. Entrevistou-se, também, o presidente da associação que gerência o PASJ, visando ao detalhamento das informações referentes ao sistema coletivo de produção. Salienta-se que a pesquisa original, realizada em 2008, foi refeita por integrantes do grupo de pesquisa em 2013, na comparação não foram identificadas modificações relevantes, portanto, seguem os dados originados da pesquisa de 2008.

Na área do assentamento, ainda se encontram espécies nativas, testemunhas representativas da Mata Atlântica. A fauna do assentamento é composta de animais de criação e animais silvestres. Considera-se que o PASJ está inserido no Sistema Agrário conhecido como monocultura do cacau, todavia, não está excluída a ocorrência de policultivos, ou seja, sistemas de cultivo mistos, mais ou menos diversificados, além de combinações de tipo agroflorestal. Em menor proporção, praticam-se sistemas de criação de bovinos, mas, a rigor, trata-se de pequenos grupos de animais no sub-sistema familiar quintal. A produção agrícola destina-se predominantemente para o auto-consumo das famílias, enquanto o excedente é levado para comercialização na feira-livre de Uruçuca, onde também é vendido o principal valor de troca: o cacau em amêndoas. Entre as culturas exploradas, destacam-se cacau, café, banana, mandioca e

milho. Como sistema de transformação, as famílias dispõem de barcaças, secadores e casa de farinha comunitária.

### 3.2.1 Perfil socioeconômico

O PASJ foi implantado em setembro de 1998, na área de duas antigas fazendas de cacau – as fazendas São Jorge e São José – desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e suas áreas distribuídas entre 42 famílias. A população do assentamento, originária da microrregião Litoral Sul, é composta por antigos meeiros das referidas fazendas, diaristas agrícolas, ex-trabalhadores rurais (assalariados) e por acampados que foram transferidos da Fazenda Oregon (posteriormente transformada no Parque Estadual da Serra do Conduru). Trata-se de pessoas com diferentes trajetórias de vida, porém, com interesses comuns, como o de ter a sua própria terra para trabalhar. Para cada família assentada, foi destinado um lote (ou quadra de cacau), medindo entre 4,0 a 6,0 ha, cada lote com cerca de 2.879 pés de cacau.

O assentamento, constituído pelas duas fazendas acima referidas, abrange uma área total de 526 ha, dos quais 16 ha ainda estão cobertos com remanescentes de Mata Atlântica. O restante da área é destinado ao cultivo individual de cacau e outras combinações, como pasto individual, pasto coletivo, além de benfeitorias – instalações e habitação. O rebanho coletivo é mestiço, com objetivo misto (leite e carne), totalizando 11 cabeças de gado. Uma parte da área coletiva é ocupada por equipamentos de infraestrutura econômica e social: depósito, casa de farinha, curral coletivo, dez barcaças, dois secadores, duas cisternas, seis tanques. O PASJ possui duas escolas primárias e um caseirão. A maioria das casas contém energia elétrica e instalações sanitárias, porém, poucas dispõem de fossa séptica.

Percebe-se, entre as famílias, alguma insegurança com relação à posse e uso das terras que ainda não são tituladas. Receosos do que possa acontecer, dado que não possuem a garantia da propriedade, os produtores estão cautelosos quanto a investimentos e crédito agrícola – o que explica também a menor participação de novos empreendimentos em culturas permanentes. O baixo nível de educação formal e a falta de informações são fatores que também contribuem para a insegurança no assentamento.

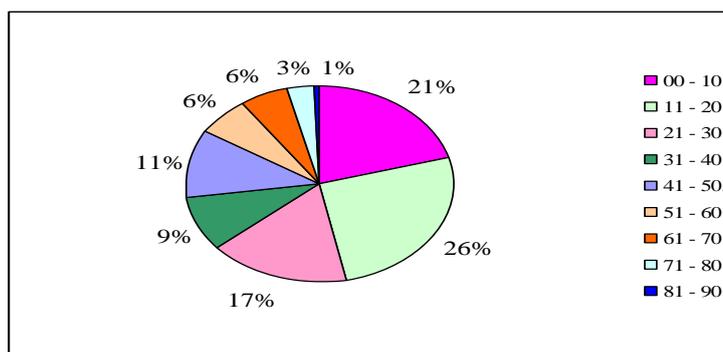
A organização institucional na comunidade é representada pela Associação Agrícola do Projeto São Jorge (AAPSJ). Financiado com crédito do Pronaf, o projeto de financiamento para recuperação da lavoura cacauceira e plantio de cafeeiros resultou em um saldo devedor em torno de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por família assentada. Esse endividamento foi agravado pelo fato

de o café não ter apresentado resultado econômico positivo. A falta de assistência técnica foi apontada como um dos principais problemas do assentamento. De modo que, não foram identificadas práticas produtivistas modernas, a maior parte dos serviços é feita com ferramentas rudimentares, tais como enxada, foice e machado, enfim, não se utilizam equipamentos modernos, tampouco agroquímicos industriais como inseticidas e herbicidas.

Atualmente, encontram-se 40 famílias no assentamento, totalizando aproximadamente 160 pessoas (inclusive crianças). Nesta pesquisa, considerou-se a população entrevistada, composta por 37 famílias, que totalizam 154 pessoas, pois três famílias não estavam presentes em nenhum dos dias de entrevistas.

A faixa etária da população, representada no Gráfico 1, é bastante heterogênea. As pessoas com até 20 anos de idade totalizam 72, representando 47% da população, assim distribuída: crianças de 0 a 10 anos correspondem a 21% e jovens de 11 a 20 anos representam 26%. Já os adultos, considerados entre 21 e 60 anos, totalizam 68 pessoas e correspondem a 43%. Apenas 10% das pessoas têm acima de 61 anos. Essa distribuição mostra que, a médio e longo prazos, a área do assentamento será insuficiente para assegurar a reprodução familiar. Na medida em que os jovens vão constituindo suas próprias famílias, e persistindo a vontade de permanecerem agricultores, faz-se necessária a continuidade da luta pela reforma agrária, ou outra ação de política pública que possa gerar ocupação e renda.

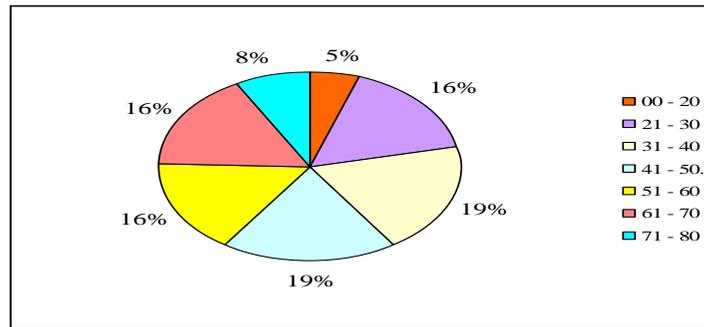
**Gráfico 1** – Número de pessoas por faixa etária



**Fonte:** pesquisa de campo, mar. 2008

Considerando-se as 37 famílias assentadas, observa-se que a participação do grupo com idade superior a 50 anos representa 41%, portanto, o grupo com idade inferior a 50 anos representa 59%, estando assim distribuído: os jovens com até 20 anos representam 5% dos assentados; 16% têm entre 21 e 30 anos; 19%, entre 31 e 40 anos; e 19%, entre 41 e 50 anos. O Gráfico 2 mostra a distribuição percentual dos assentados por faixa etária.

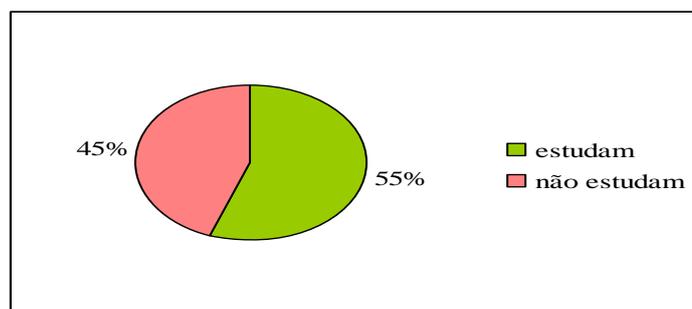
**Gráfico 2** – Número de assentados chefes de família, por faixa etária



**Fonte:** pesquisa de campo, mar. 2008

Observa-se que o nível de escolaridade entre os assentados é baixo, dos 37 assentados chefes de família, 22% são analfabetos, 14% são apenas alfabetizados, 38% frequentaram escola até a 4ª série, 19% estudaram até a 8ª série, 8% estudaram até o ensino médio, sendo que nenhum desses assentados concluiu o ensino médio. Fazendo-se esses mesmos cálculos, para todos os moradores, observa-se que os jovens frequentam mais a escola que seus pais. Conforme Gráfico 3, das 154 pessoas que vivem no assentamento, 85 frequentam a escola (estudam), o que representa 55% do total, esse percentual é composto na maior parte por crianças e jovens integrantes do Programa Bolsa Família (PBF).

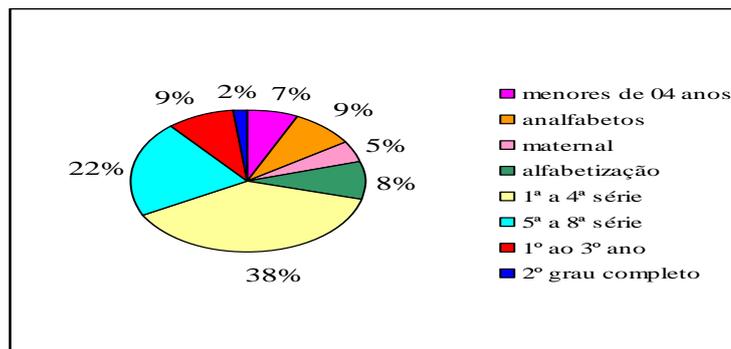
**Gráfico 3** – Número de estudantes



**Fonte:** pesquisa de campo, mar. 2008

Entre o total de moradores, 9% são analfabetos; 8% são alfabetizados, embora não tenham concluído nenhum ano de educação formal; 38%, que corresponde a 58 pessoas, estudaram entre a 1ª e 4ª séries, representando o maior percentual. Isso decorre do grande número de crianças que vivem no assentamento, bem como do baixo nível de escolaridade dos adultos; 22% estudaram entre a 5ª e 8ª séries; 9% estudaram entre o 1º e 3º ano do ensino médio; e apenas 2% possuem o ensino médio completo.

**Gráfico 4 – Escolaridade das famílias**



**Fonte:** pesquisa de campo, mar. 2008

As 37 famílias entrevistadas praticam agricultura, sendo a maior parte da Renda Agrícola (RA) é proveniente das vendas de cacau. Todavia, além da monocultura cacauzeira, as famílias praticam diferentes combinações de sistemas de cultivos: noz-de-cola, banana, cana-de-açúcar, café, hortaliças, mandioca, cajá, jenipapo, acerola, além do sistema de criação de bovinos. A diversificação dos Sistemas de Produção (SP) é considerada um fator importante para a sobrevivência das famílias por permitir diversas fontes de renda, pois o cacau, sendo uma *commodity*, é altamente dependente do mercado internacional, cujas cotações, negociadas em mercados futuros, excluem a possibilidade de os agricultores terem qualquer poder de barganha. Do ponto de vista do valor de uso da produção, a sua diversificação com vistas ao autoconsumo familiar assegura a reprodução da família, via auto-consumo, independentemente do que aconteça no mercado.

### 3.3.2 Composição das atividades e da renda familiar

Conforme visto na literatura, a pluriatividade nos SP depende de fatores internos à família – como o número de filhos, a idade e a escolaridade deles –, e das condições da economia local, como infraestrutura, equipamentos básicos de água, saneamento, eletricidade, localização geográfica, mercado de trabalho e custos de oportunidade. Os fatores internos são variáveis, pois as famílias não são homogêneas. Quanto aos fatores externos, podem ser considerados homogêneos, pois todas as famílias convivem em um mesmo espaço (técnico, cultural etc.) e são submetidas às mesmas condições da economia local. Dessa forma, apenas os fatores internos explicam a diversidade da gestão familiar, enquanto os fatores externos, como a distância entre o PASJ e a cidade, a pouca atratividade do mercado de trabalho urbano, explicam o baixo número de famílias pluriativas.

Identificaram-se atividades agrícolas e não-agrícolas, todavia, por se tratar de um assentamento de reforma agrária, não foram encontradas famílias exclusivamente não-agrícolas. Dentre as 37 famílias, 28 (76%) praticam atividades exclusivamente agrícolas. Quatro famílias (11%), além de praticar agricultura, são diaristas agrícolas; e cinco famílias (13%) são pluriativas. Embora tanto os agricultores pluriativos quanto os diaristas agrícolas sejam pouco representativos, utilizam essas atividades como uma estratégia de complementação da renda familiar.

A respeito das atividades não-agrícolas, destacam-se: camareira, professora, serviços domésticos (faxineira, lavadeira), cabeleireira, atendente e doceira (produz licor e doce). Antes de residirem no PASJ, os assentados ocupavam-se em atividades de ajudante de pedreiro, carpinteiro, trabalhador rural (assalariado), diarista agrícola, meeiro, barcaceiro, vaqueiro, pescador, além do trabalho doméstico.

No Quadro 1, podem-se observar algumas características das famílias pluriativas e com diaristas agrícolas. A pluriatividade é decorrente de uma combinação de fatores: a) escolaridade, observou-se que as pessoas com algum grau de instrução formal exercem atividades não-agrícolas na cidade; b) trabalho feminino, nesse aspecto, identificou-se maior grau de escolaridade; c) idade, a maioria dos pluriativos na família são jovens, pois possuem algum nível de escolaridade – em geral, as pessoas mais velhas nunca estudaram, permanecendo incapacitadas para realizar determinados tipos de serviços urbanos; d) famílias numerosas – famílias que possuem muitos filhos geram excesso de mão-de-obra na unidade produtiva e têm maior necessidade de complementação da renda familiar.

A pluriatividade é também característica da insuficiência da renda familiar ou de terra agricultável. De fato, algumas famílias numerosas experimentam custos de oportunidade, adotando a estratégia do trabalho externo, devido às restrições dos fatores terra e renda familiar. Outras famílias, mesmo com pequeno número de pessoas, não conseguem retirar da terra a sua reprodução social, então, pelo menos um dos membros acaba buscando rendimentos alternativos à agricultura. Nesses casos, o fator limitante é a falta de investimentos e de assistência técnica. Nesse contexto, as pessoas que praticam atividades não-agrícolas realizam trabalhos pouco qualificados, o mesmo ocorrendo com as famílias dos diaristas agrícolas.

**Quadro 1** – Características das famílias pluriativas e diaristas agrícolas

<i>Pi</i>	<i>(1)</i>	<i>Idade</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Atividade</i>	<i>TG</i>
P4	4	19	M	5ª série	diarista agrícola	BF
P5a	5	33	F	2º ano	secretária	BF

P5b	4	29	F	2º grau	professora	BF
P5c	11	31	F	3º ano	serviços	AP e BF
P12	5	23	F	4ª série	serviços domésticos	AP e BF
P13	2	42	F	8ª série	camareira	AP
P15	5	24	M	2º grau	diarista agrícola	AP
P20	4	24	M	1ª série	diarista agrícola	–
P29	5	42	M	1ª série	diarista agrícola	BF

(1) Número total de membros da família

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Os agricultores familiares caracterizados como diaristas agrícolas trabalham parte do tempo no seu próprio lote, outra parte em unidades produtivas agrícolas de terceiros, quer seja no próprio assentamento, quer seja em propriedades localizadas no entorno da comunidade. Trata-se de jovens com terra ou renda agrícola insuficientes, daí a necessidade da venda de dias de trabalho para complementar a renda familiar. Essa atividade ocupa principalmente o trabalho masculino, também relacionada com a baixa escolaridade. Em apenas uma, entre as quatro famílias identificadas, encontra-se um único diarista com ensino médio.

Do ponto de vista técnico, não há diferença entre o trabalho exercido pelo diarista em unidades produtivas agrícolas de terceiros e o exercido no seu próprio lote, pois a técnica e o conhecimento empregados são os mesmos. Todavia, do ponto de vista social, se destaca uma considerável diferença, pois há um contrato de trabalho entre as partes, com subordinação do trabalhador diarista em relação ao empregador proprietário da terra.

Essa relação social aproxima-se de certo modo da relação social do trabalhador pluriativo quando exerce atividades que não estão vinculadas à agricultura. Mas a ocupação como diarista agrícola não é um fato novo, não é decorrente da modernização da agricultura, ao contrário, já estava presente no mundo rural. Dessa forma, nesta pesquisa, não se considera como pluriativo o diarista agrícola.

A RFT é composta por RA e RNA. Embora 28 das 37 famílias trabalhem exclusivamente na agricultura, entre elas, apenas cinco famílias assentadas (14%) auferem renda exclusivamente agrícola, as demais, (86%) possuem também RNA. Essa elevada participação na composição da RFT não é suficiente para caracterizar um predomínio da pluriatividade no assentamento. As RNA podem ser provenientes tanto das atividades não-agrícolas e das diárias agrícolas, quanto das políticas sociais (maioria), como aposentadoria, pensão e bolsa-família, que caracterizam inatividade.

Todas as 37 famílias praticam atividade agrícola e recebem RA; dessas, 32 (86%) auferem RA e RNA; 25 (67%) recebem TG do tipo bolsa-família; 11 (29%) recebem TG do tipo aposentadoria; 4 (10%) são diaristas agrícolas; e 5 (13%) são pluriativas.

Das 25 famílias que recebem TG do tipo bolsa-família, 15 (40%) auferem RNA oriunda exclusivamente do programa bolsa-família; quatro recebem RNA proveniente do bolsa-família e de aposentadoria; uma família obtém RNA do bolsa-família, aposentadoria e pluriatividade; três famílias recebem RNA do bolsa-família e da pluriatividade; e duas famílias recebem bolsa-família e são diaristas agrícolas. Das 11 famílias aposentadas, quatro auferem RNA exclusivamente da aposentadoria, os demais conseguem a RNA por meio da aposentadoria e bolsa-família, ou atividades não-agrícolas e diaristas.

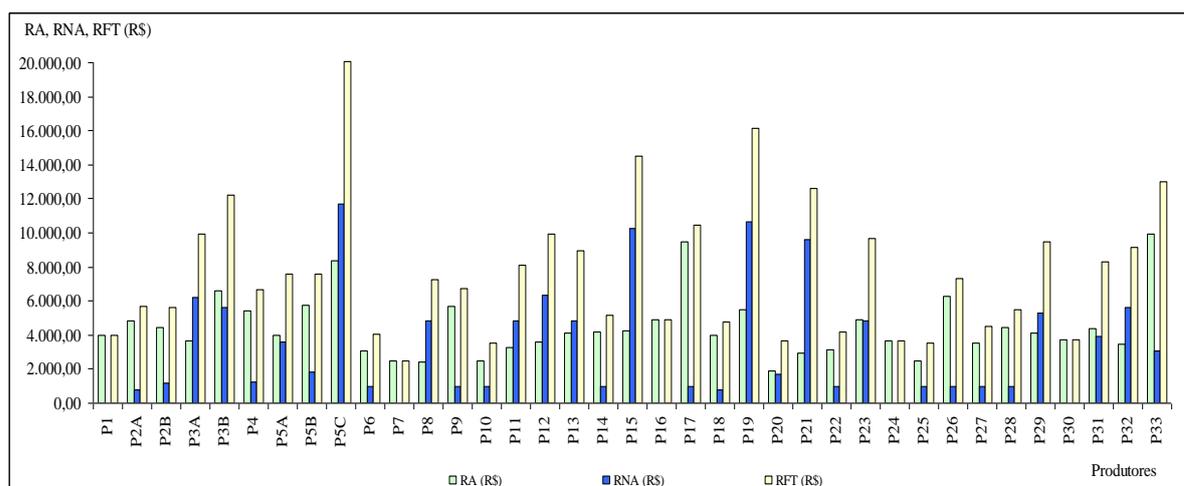
A pluriatividade no assentamento é pouco representativa, pois apenas cinco famílias são pluriativas. Entre essas, três auferem renda das atividades não-agrícolas e da bolsa-família, enquanto as outras duas são pluriativas aposentadas. Sendo assim, as famílias que são pluriativas têm na sua composição da renda não-agrícola vínculos com as TG porque são contempladas com aposentadoria ou bolsa-família.

No PASJ, foram identificadas apenas quatro famílias diaristas agrícolas, entre elas uma auferem RNA proveniente exclusivamente das diárias, as demais recebem TG; duas famílias diaristas agrícolas recebem bolsa-família, e uma, aposentadoria.

### 3.3.3 Participação da renda não-agrícola na renda familiar

Conforme mostrado na seção anterior, observam-se múltiplas fontes de renda entre as famílias. De acordo com o Gráfico 5, todos os agricultores familiares praticam sistemas de produção (cultivos, criações e transformação) e auferem RA, mas apenas os agricultores P1, P7, P16, P24, e P30 (14% das famílias) têm na agricultura sua única fonte de renda. Além disso, considerando no total, a participação da RNA – observada em 86% das famílias –, na RFT, é significativa. Das 37 famílias, 11 apresentam mais de 50% de RNA na RFT.

**Gráfico 5** – Composição da renda familiar no PASJ



Conforme Tabela 1, a renda agrícola média anual declarada por todos os produtores assentados (chefes de família) é de R\$ 4.473,46; somando-se essa renda com a receita das atividades não-agrícolas e a as TG (R\$ 3.213,57), a renda familiar total média experimenta um acréscimo de 42%, atingindo R\$ 7.687,02. As atividades agrícolas praticadas dentro da unidade produtiva são responsáveis, em média, por 58% de toda renda familiar.

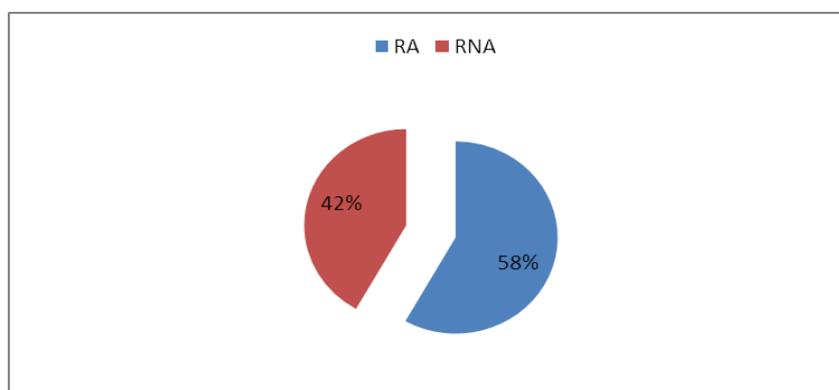
Tabela 1 – Renda familiar média no PASJ

<i>Composição da renda familiar</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RNA (R\$)</i>	<i>RFT (R\$)</i>
Renda familiar total – 37 famílias	165.517,84	118.902,00	284.419,84
Renda média/ano	4.473,46	3.213,57	7.687,02
Renda média/mês	372,79	267,80	640,59
Renda <i>per capita</i> /ano	1.074,79	772,09	1.846,88
Renda <i>per capita</i> /mês	89,57	64,34	153,91

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

A renda agrícola média mensal das famílias é de R\$ 372,79, comparada ao salário mínimo, que, no ano de 2007, teve um valor médio de R\$ 365,00 (variou de R\$ 350,00 para R\$ 380,00), pode-se perceber que a remuneração do trabalho nas atividades agrícolas da unidade produtiva equivale ao vencimento pago pelo trabalho com carteira assinada. A renda média mensal eleva-se para R\$ 640,59, ao se considerar a RNA. A renda agrícola *per capita* anual é de R\$ 1.074,79, e a mensal é de R\$ 89,57, considerando a RNA, a renda familiar desses dois períodos eleva-se para R\$ 1.846,88 e R\$ 153,91, respectivamente. A participação da RNA na RFT é bastante significativa, uma vez que 42% da renda dos agricultores familiares não provém das atividades agrícolas.

Gráfico 6 – Percentual da renda familiar, em média, no PASJ



Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008.

Classificando-se a RA, estimada com base no salário mínimo, conforme Tabela 2, observa-se o seguinte: apenas uma família apresenta renda de até meio salário mínimo; 24 famílias auferem renda maior do que meio, podendo chegar até um salário mínimo, elas totalizam 65%; 10 famílias possuem renda maior do que um, podendo alcançar até dois salários mínimos, elas representam 27% famílias; apenas duas famílias (5%) auferem renda maior do que dois, chegando a somar até três salários mínimos.

**Tabela 2** – Número de famílias por faixa salarial considerando a RA

<i>Faixas</i>	<i>Renda Agrícola mensal</i>	<i>Número de famílias</i>	<i>Percentual</i>
Faixa 1	≤ meio Salário Mínimo	1	3
Faixa 2	> meio Salário Mínimo ≤ 1 Salário Mínimo	24	65
Faixa 3	> 1 Salário Mínimo ≤ 2 Salários Mínimos	10	27
Faixa 4	> 2 Salários Mínimos ≤ 3 Salários Mínimos	2	5
<i>Total</i>		<i>37</i>	<i>100</i>

**Fonte:** pesquisa de campo, mar. 2008

Quando se considera a RNA na composição da RFT, observa-se significativa elevação das rendas. Dez famílias apresentam renda maior do que meio ou até um salário mínimo, representando 27% das famílias; 14 famílias auferem renda maior do que um, chegando até dois salários mínimos, totalizam 38%; 27 % das famílias possuem renda maior do que dois, alcançando até três salários, totalizam 10 famílias; 2 famílias recebem renda maior do que três ou até quatro salários mínimos, forma 5% das famílias. Apenas uma família auferem renda maior do que quatro, chegando até cinco salários, representando 5% das famílias. Tabela 3.

**Tabela 3** – Número de famílias por faixa salarial considerando a RFT

<i>Faixa</i>	<i>Renda Familiar Total mensal</i>	<i>Número de famílias</i>	<i>Percentual</i>
Faixa 1	≤ meio Salário Mínimo	0	0
Faixa 2	> meio Salário Mínimo ≤ 1 Salário Mínimo	10	27
Faixa 3	> 1 Salário Mínimo ≤ 2 Salários Mínimos	14	38
Faixa 4	> 2 Salários Mínimos ≤ 3 Salários Mínimos	10	27
Faixa 5	> 3 Salários Mínimos ≤ 4 Salários Mínimos	2	5
Faixa 6	> 4 Salários Mínimos ≤ 5 Salários Mínimos	1	3
<i>Total</i>		<i>37</i>	<i>100</i>

**Fonte:** pesquisa de campo, mar. 2008

No total, as RNA são compostas por parcelas de rendas provenientes da ocupação não-agrícola (pluriatividade), das diárias e das TG. Ao considerar apenas a RNA gerada pela pluriatividade (Tabela 4), observa-se que a participação da RNA na RFT já não é tão significativa. Apenas uma família apresentou renda de até meio salário mínimo; 17 famílias (46%) tiveram renda maior do que meio ou até um salário mínimo; 16 famílias (43%) auferiram renda maior do que um, chegando até a dois salários mínimos; 3 famílias (8%) obtiveram uma renda maior do que dois, ou no máximo três salários mínimos. Observa-se que se mantiveram as mesmas faixas salariais das RA, modificaram-se os percentuais nas faixas 2, 3 e 4, isso decorre do pequeno número de famílias pluriativas. Confirmando que no PASJ, a grande contribuição das RNA no orçamento familiar é proveniente das TG.

**Tabela 4** – Número de famílias por faixa salarial: RA + RNA oriunda das atividades não-agrícolas

<i>Faixas</i>	<i>Renda Agrícola mensal</i>	<i>N. de famílias</i>	<i>Percentual</i>
Faixa 1	≤ meio Salário Mínimo	1	3
Faixa 2	> meio Salário Mínimo ≤ 1 Salário Mínimo	17	46
Faixa 3	> 1 Salário Mínimo ≤ 2 Salários Mínimos	16	43
Faixa 4	> 2 Salários Mínimos ≤ 3 Salários Mínimos	3	8
<i>Total</i>		<i>37</i>	<i>100</i>

**Fonte:** pesquisa de campo, mar. 2008

Ao comparar, em termos absolutos, a RA dos produtores que trabalham apenas em atividades agrícolas com a RA dos três produtores pluriativos (P5), observam-se distintas RA. As famílias que praticam apenas atividades agrícolas auferem renda agrícola média de R\$ 4.824,20, já as famílias pluriativas obtêm renda agrícola média de R\$ 6.031,67.

Em seu conjunto, esses dados reforçam a tese de que a agricultura familiar apresenta um universo extremamente diversificado em sua composição. A lógica de reprodução material é essencialmente a mesma, mas o nível em que opera esse processo, as expectativas e a própria dinâmica subjacente às práticas adotadas pelas famílias rurais revelam diferenças evidentes.

#### 4 CONCLUSÃO

As 37 famílias assentadas e entrevistadas praticam agricultura, entre elas, a maior parte da RA é proveniente da produção de cacau. Todavia, além do cultivo especializado do cacau (quase monocultura), as famílias praticam diferentes combinações de sistemas de cultivos, ou seja,

diversificam sua produção para compor a cesta básica e, por isso, os sistemas de cultivo e de criação estão relacionados aos hábitos alimentares.

O retorno financeiro das lavouras de cacau, juntamente com os baixos custos, incentivam a manutenção desse subsistema por partes dos produtores, evitando, assim, a derrubada das florestas para a abertura de pastos ou implementação de novos cultivos, tais como eucaliptos e seringueiras. O custo de oportunidade dos agricultores também favorece a lavoura cacauzeira, bem como a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica. Assim, conclui-se que uma política de incentivo aos sistemas de produção – que comprovadamente mantêm a produção do cacau – pode preservar o meio ambiente. Esses incentivos devem ser aplicados mediante ampliação das políticas de reforma agrária, assegurando o emprego e o desenvolvimento sustentável, com base no fortalecimento desse tipo de agricultura familiar na Região Cacauzeira.

Os resultados revelam também a importância das rendas não-agrícolas na composição da renda familiar. As famílias tendem a derivar sua renda básica de um trabalho primário, enquanto as ocupações secundárias correspondem a atividades que são marginalmente importantes. A fim de fugir da pobreza, usam o trabalho familiar disponível (custo de oportunidade) em algumas estações do ano (entressafra do cacau, por exemplo), devido à baixa demanda da atividade agrícola, para complementar renda. Dos cinco casos das famílias pluriativas, todos são decorrentes de trabalho feminino. Todavia, esse fator não exclui os demais; por exemplo, no que se refere à escolaridade, foi entre as pessoas do sexo feminino que se identificou o maior número de pessoas formadas. A maior parte da pluriatividade está relacionada aos jovens, que possuem um nível mais alto de escolaridade; normalmente, as pessoas mais velhas pouco ou nunca estudaram, portanto não têm qualificação para exercer determinados trabalhos urbanos.

As características das famílias pluriativas e das famílias diaristas agrícolas são bastante similares. Essas famílias possuem muitos filhos, o que gera excesso de mão-de-obra na unidade produtiva, bem como a necessidade de complementação da renda familiar. Os agricultores familiares caracterizados como diaristas agrícolas trabalham parte do tempo no seu próprio lote, outra parte em unidades produtivas agrícolas de terceiros. Percebe-se que essa atividade está mais relacionada ao trabalho masculino e à baixa escolaridade. Por isso, entre as quatro famílias de agricultores diaristas, apenas uma possui alguém com nível médio de ensino concluído.

Essa relação se aproxima, de certo modo, da relação social do trabalhador pluriativo, quando exerce atividades que não estão vinculadas à agricultura. Mas a ocupação como diarista agrícola não é um fato novo, não é decorrente da modernização da agricultura, ao contrário, é inerente ao processo histórico presente no mundo rural. Por essa razão, esta pesquisa não considerou como pluriativo o diarista agrícola. A partir da pesquisa realizada para o grupo

caracterizado como famílias exclusivamente agrícolas – considerando que não possuem educação formal, têm idade superior a 38 anos e suas famílias são compostas por poucos membros ou por crianças –, opina-se ser necessária uma política pública orientada para intensificar a diversificação da atividade agrícola, mantendo a heterogeneidade do ecossistema.

A RFT é composta por RA e RNA. Todas as 37 famílias praticam atividade agrícola, gerando RA, dessas famílias, 86% apresentam RA e RNA. Embora 28 famílias trabalhem exclusivamente na agricultura, apenas cinco famílias assentadas (14%) sobrevivem com renda proveniente apenas da agricultura.

No que se refere à composição (fonte) da RNA, observaram-se as seguintes classificações: diaristas, pluriativos e TG. Entre as 32 famílias, 25 (67%) recebem TG do tipo bolsa-família; 11 (29%) recebem TG do tipo aposentadoria; 4 (10%) são diaristas agrícolas; e 5 (13%) são pluriativas. As famílias assentadas diversificam as fontes de renda para o sustento da família, bem como para o custeio dos SPi/Atividades.

Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que, mesmo enfrentando dificuldades na produção agrícola, com a implantação da reforma agrária, a maior parte das famílias assentadas possuem uma renda agrícola que lhe possibilita o custeio das despesas familiares e dos sistemas de produção (SPi). Ao combinar atividades agrícolas com não-agrícolas, eleva-se a RFT das famílias. Em seu conjunto, esses dados reforçam a tese de que a agricultura familiar apresenta contornos que definem um universo extremamente diversificado em sua composição. A lógica de reprodução material é essencialmente a mesma, mas o nível em que opera esse processo, as expectativas e a própria dinâmica, subjacente às práticas adotadas pelas famílias rurais, revelam diferenças marcadamente evidentes.

Espera-se que a identificação de SPi mais ou menos eficientes possa contribuir para a formulação de políticas públicas, particularmente o planejamento e execução dos serviços de ATER. No que se refere à pluriatividade, espera-se que a identificação de renda familiar mais elevada para as famílias pluriativas possa contribuir para a formulação de políticas que incentivem tanto as atividades agrícolas quanto às atividades não-agrícolas.

Ao revisitar o PASJ, em 2013, integrantes do grupo de pesquisa puderam constatar, por meio de leituras de paisagem e entrevistas qualitativas, o seguinte: a) em média não houve alterações nas rendas familiares; b) ao contrário do esperado pelo movimento social, o assentamento não se reestruturou no sentido de se reforçarem as atividades agrícolas.

## REFERÊNCIAS

- COUTO, Vitor de Athayde; DUFUMIER, Marc; NÖEL, Naomi; RENARD, Mathilde. Reestruturação da cacuicultura. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v.13, n. 4, p. 869-885, mar. 2004.
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: MDA/NEAD, Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 200 p. (NEAD especial, v.9).
- DUFUMIER, Marc. Neoprodutivismo. *Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas*. Salvador: EDUFBA, 2007. 328 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estimativas populacionais. In: *Anais...2008*
- INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS DO SUL DA BAHIA – IESB. *A Mata Atlântica do Sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas*. São Paulo, 1998, 36p. (Série Estados e Regiões da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica)
- SACCO DOS ANJOS, Flávio. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL. 2003. 374 p.
- SILVA, Edna Maria da. *Cálculo da renda familiar em áreas de reforma agrária: Assentamento Bela Vista, Santo Amaro, Bahia*. 2005. Monografia (Graduação em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas – UFBA, Salvador, 2005.